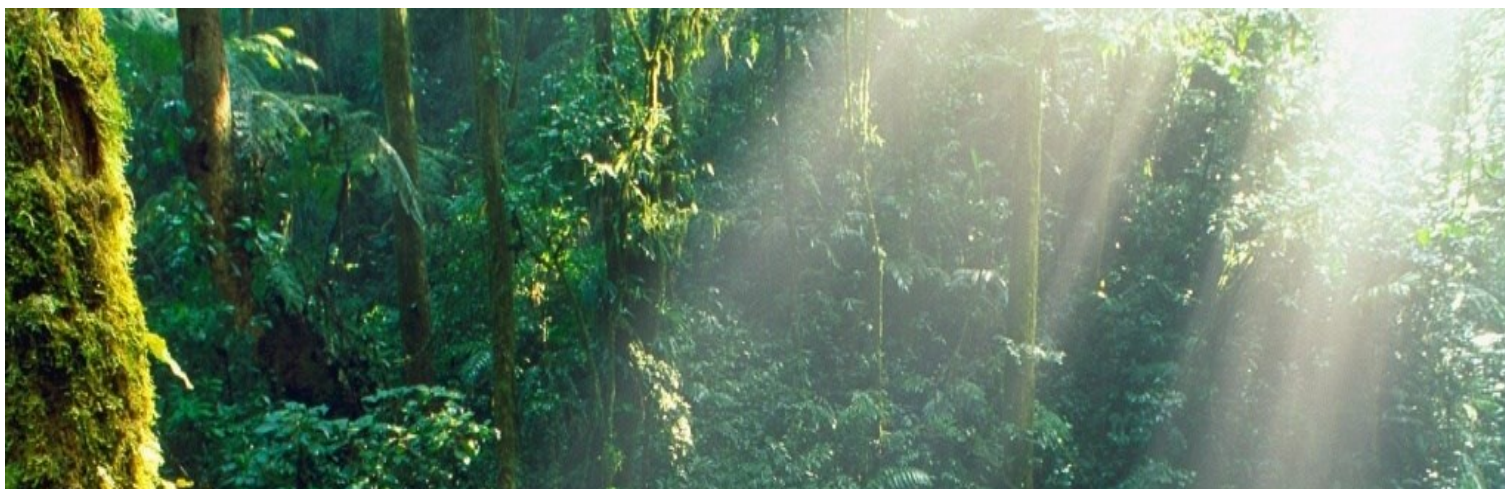


Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Ministério do Meio Ambiente

A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade

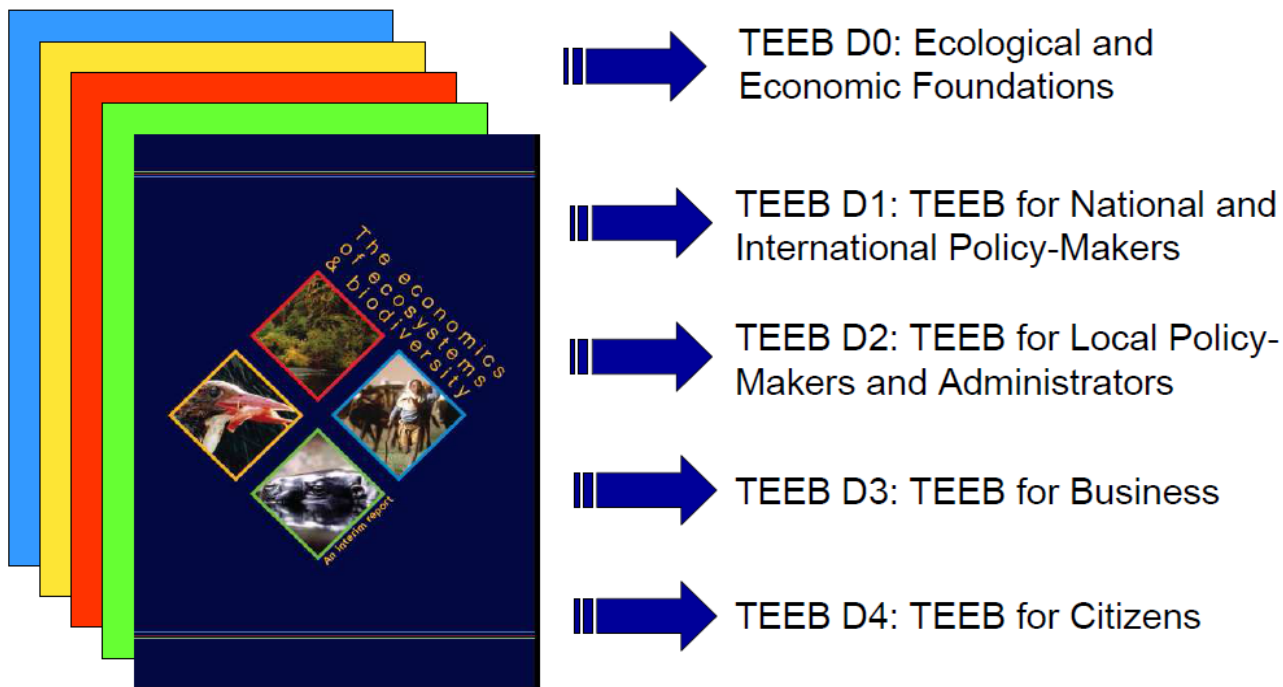
“EEB Brasil”



Seminário Ações e Iniciativas de PSA no Brasil: um ano após o Congresso Internacional

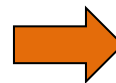
São Paulo, 5 de novembro de 2013

O TEEB apresenta uma **abordagem** que permite uma **avaliação sistemática da contribuição econômica** da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos para o bem-estar humano, auxiliando a tomada de decisões em todos os níveis.



A abordagem EEB

Melhorar a tomada de decisões por meio da **incorporação** do valor do “capital natural”



Bem-estar humano



- **Reconhecer valor** (identificar e avaliar)
- **Demonstrar valor** (calcular e demonstrar)
 - **Captar valor** (buscar soluções)



Objetivo

O objetivo do EEB Brasil é **de identificar e ressaltar os benefícios econômicos oriundos da conservação e uso sustentável da biodiversidade** no país, bem como avaliar o **custo de suas perdas.**



Justificativa

- Promoção de “**mainstreaming**” da temática de economia da biodiversidade em diferentes setores, ministérios e instituições governamentais;
- Identificação de oportunidades e desenvolvimento de **ferramentas políticas** para promover o aumento da contribuição do capital natural para o bem-estar humano.
- Necessidade de mensurar **o potencial da economia da biodiversidade** no país
- Fortalecer **argumentos** econômicos para a conservação e uso sustentável;



Estrutura do EEB no Brasil

Iniciativa Capital Natural do Brasil

EEB nacional

Ministério do Meio Ambiente + parceiros

Demonstrar o valor dos ecossistemas e da biodiversidade para setores selecionados da economia e recomendar uma série de ações de políticas federais.

TEEB para o setor de negócios

Conservação Internacional

Avaliar os riscos e custos da perda de biodiversidade e oportunidades associadas com a conservação e uso sustentável para empresas brasileiras selecionadas.

TEEB Regional-Local

MMA + CNI + GIZ

Oferecer orientações práticas em como lidar com o desafio da perda de biodiversidade no nível regional e local.

A estrutura de governança do componente nacional deverá promover diretrizes e subsidiar os outros componentes.

Todo conteúdo produzido será amplamente disseminado à sociedade por meio do componente TEEB para cidadãos.

**EEB Brasil é uma iniciativa conjunta entre o
Ministério do Meio Ambiente e:**



IPEA

Instituto de
Pesquisas
Econômicas
Aplicadas



PNUMA

Programa das
Nações Unidas
para o Meio
Ambiente



MF

Ministério da
Fazenda



GIZ

Agência Alemã
de Cooperação
Internacional



CNI

Confederação
Nacional
da Indústria



IUCN

União
Internacional
para a
Conservação da
Natureza



CI

Conservação
Internacional

Proposta de Governança do **EEB**

**Planejamento,
coordenação e
validação** do trabalho e
resultados da iniciativa.

**Comissão
Coordenadora**

Estratégia
nacional e
plano de ação
para
biodiversidade

**Comissão
executiva**

CONABIO, metas
nacionais 1, 2 e
3 (Aichi)
Plano de Ação
Governamental

**Coordenação
técnica e
metodológica** para
elaborar e
acompanhar os
estudos e
resultados

MCTI

IBGE

Research networks



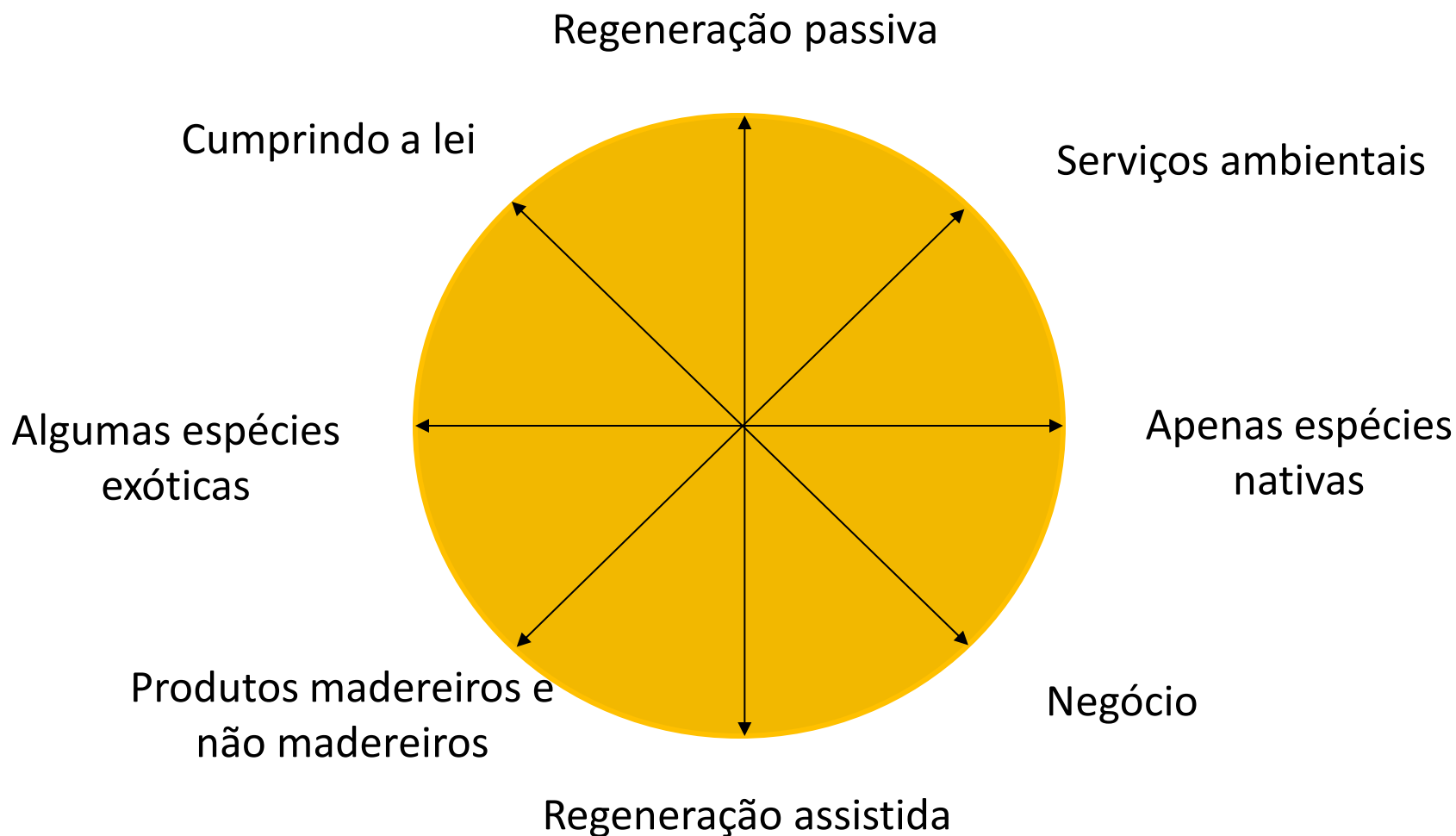
Escopo: EEB para políticas nacionais

- **Economia da restauração florestal**
- **Mapa de ecossistemas**
 - Mapa de Ecossistemas (*inicialmente para água: mapa de indicadores de disponibilidade e qualidade de água, utilizando como ponto de partida o mapa de microbacias da ANA*). Gerar **cenários de referências e tendências dos serviços ecossistêmicos**, de forma a servir como guia para futuros estudos e **orientação de políticas públicas**.
- **Adaptação baseada em ecossistemas**
 - **MA, Caatinga, Pantanal e várzea amazônica**
 - Soluções naturais baseadas nos ecossistemas **tendem a gerar co-benefícios** valoráveis, tais como o seqüestro de carbono, a conservação da biodiversidade ou a produção de alimentos, sendo **muitas vezes mais eficientes em termos de custos**

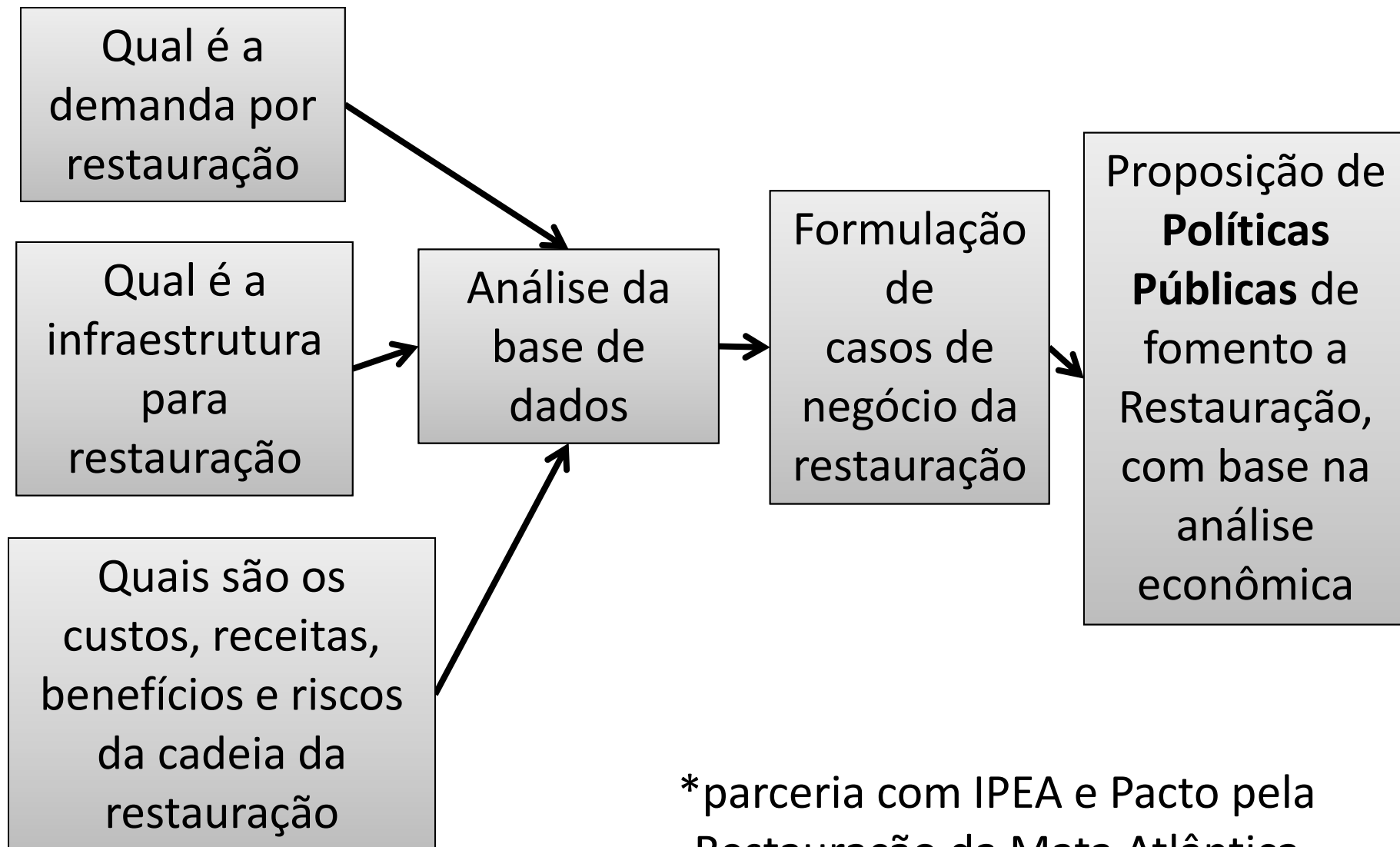
Digressão: estratégia nacional de restauração florestal



AS VÁRIAS DIMENSÕES DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE RESTAURAÇÃO FLORESTAL

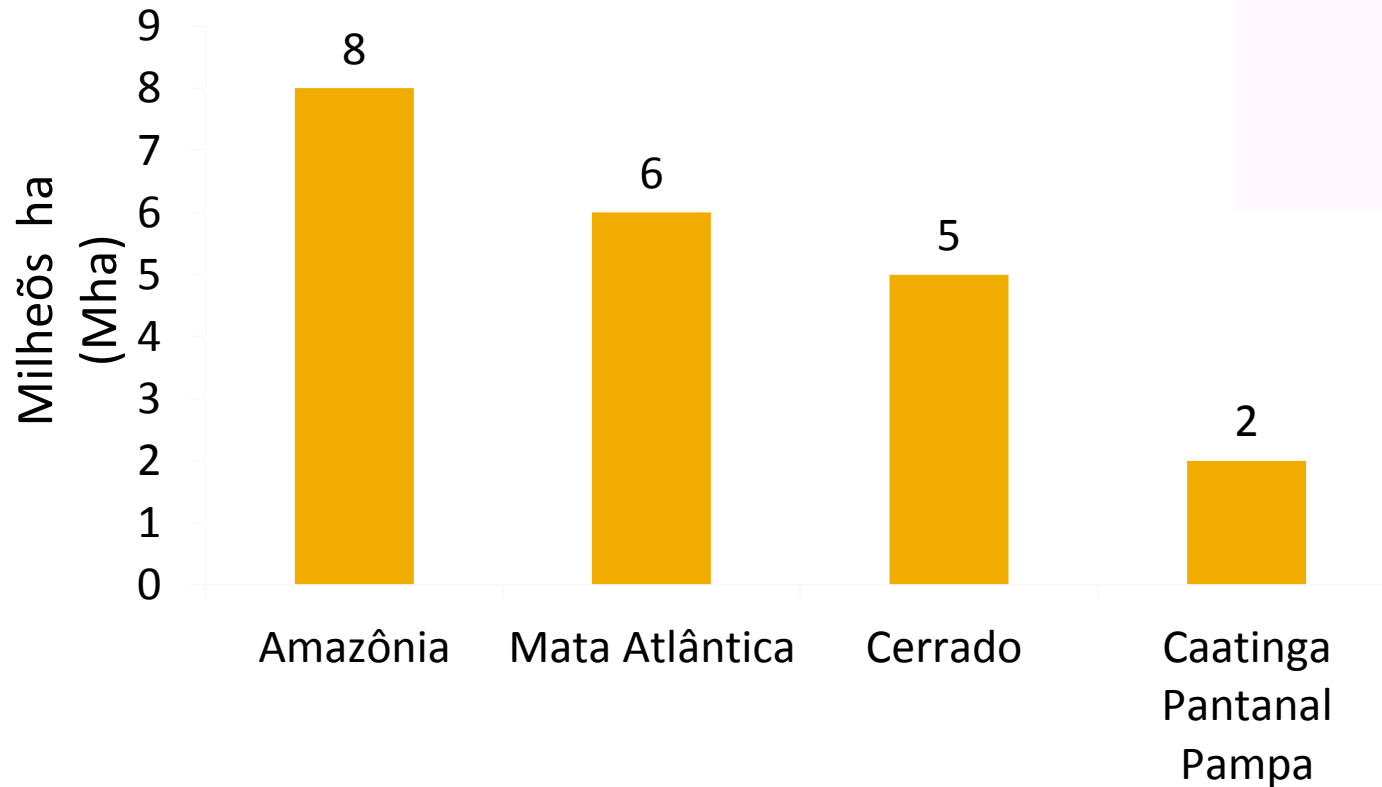


Economia da Recuperação Florestal



*parceria com IPEA e Pacto pela Restauração da Mata Atlântica

Demanda por restauração por domínio biogeográfico segundo o código Florestal 2012



Mapa: IBGE, 2004

Total = 21 Mha

adaptado de Soares-Filho, B. S., 2013.

Os riscos da inação



Resumo dos custos da tragédia e custos da boa gestão de APPs (R\$ 2011)

APPs de beira de rio	Campo Grande		Bonsucesso	
	inferior	superior	inferior	superior
<i>Custos da tragédia</i>				
Custo total estrutural	13.856.306	39.287.270	3.462.599	9.060.467
Custo total não estrutural	153.836	452.496	51.080	151.073
Custos totais emergenciais	831.052	3.008.074	647.306	1.478.241
Externalidades (mortalidade e morbidade)	112.288.276	382.574.044	14.523.776	49.483.527
Custo total da tragédia	127.129.470	425.321.884	18.684.761	60.173.308
<i>Custos da boa gestão de APP</i>				
Custo de realocação de assentamentos	6.091.848	17.598.672	5.656.129	16.339.929
Custo de urbanização de novos assentamentos	1.568.000	3.528.000	1.000.000	2.250.000
Custo de reflorestamento	39.898	77.103	148.075	286.157
Custo de oportunidade da agricultura	---	---	376.104	479.203
Custo total de boa gestão de APP	7.699.746	21.203.775	7.180.308	19.355.289

Escopo: EEB para políticas nacionais

- ***Promoção de cadeias de produção sustentáveis através dos potenciais das compras e contratações públicas***
 - Parceria com DPCS/MMA
 - Identificar alguns dos bens de maior impacto ambiental que o Governo consome em massa (madeira, cimento, carvão) e subsidiar a construção de um índice de sustentabilidade na administração pública, nos moldes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)
 - Determinar os indicadores para melhor avaliar o impacto do poder de compra do governo para a agenda de produção e consumo sustentáveis, em diferentes níveis da cadeia de suprimentos.

Escopo: EEB para políticas nacionais

- **Política tributária e os incentivos e desincentivos econômicos nas políticas ambientais**
 - Identificar e avaliar o **impacto de algumas políticas tributárias nacionais** que envolvem questões ambientais.
 - Evidenciar os **ganhos ambientais, micro e macroeconômicos de uma política tributária pigouviana**, que aumenta a taxaço sobre bens que geram externalidades negativas e diminuem sobre os que geram externalidades positivas

Escopo: EEB para políticas nacionais

- Subsidiar a implementação dos artigos 47 e 48 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação
 - **Pagamento por serviços ecossistêmicos** pelo provimento de água para energia elétrica e abastecimento.
- **Manguezais e estuários e sua relação com estoques pesqueiros.**
 - Evidenciar a **dependência** que o setor possui dos serviços ecossistêmicos, a queda de estoques pesqueiros no Brasil e a **importância da proteção biodiversidade para a manutenção de estoques.**
 - **Propor situações ganha-ganha** e evidenciar **importância de áreas protegidas marinhas e período de defeso para reposição de estoque** e para evitar a “tragédia dos comuns”.

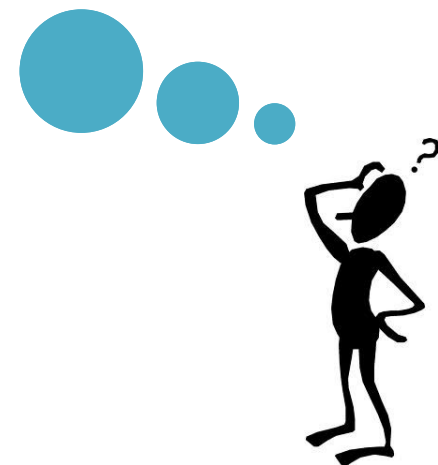
Escopo: EEB para políticas nacionais

- **Contas ambientais nacionais (florestas e recursos hídricos)**
 - Consolidação de uma metodologia de estatísticas e contas ambientais reconhecidas internacionalmente vem avançando muito nos últimos anos.
 - **Elaboração das Contas Econômicas Ambientais da Água** => IBGE, ANA e Ministério da Fazenda
 - Promover o **diálogo a respeito dos desafios e oportunidades relacionadas a contabilidade ambiental no Brasil**, bem como as interrelações com a valoração desses ativos ambientais.
 - **Aprimoramento de Matriz de Coeficientes Técnicos** para Recursos Hídricos no Brasil para analisar o quanto uma indústria consome de água em sua produção.

TEEB Brasil para políticas nacionais

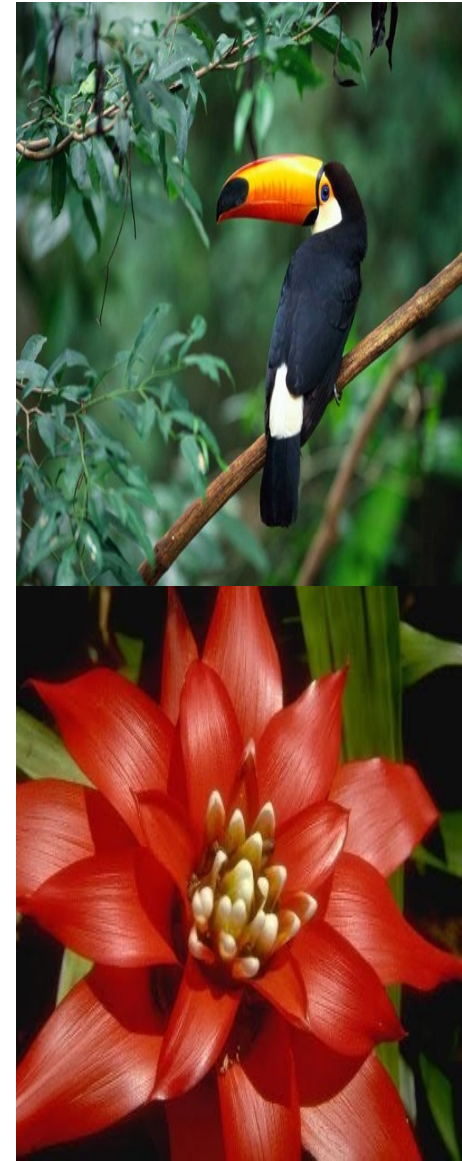
❖Desafios para implementação

- *Há uma lacuna relacionada à construção de **casos emblemáticos** no Brasil no intuito de apresentar ferramentas estratégicas para **tomadores de decisões**;*
- *Há **conhecimento limitado** (ex. think tank nacional , redes de pesquisas) que deveria agregar **economia, meio ambiente, sociedade** e suas **interfaces** com políticas públicas;*



❖ Desafios para implementação

- **Dificuldade de implementação da governança** e de evidenciar a importância desse processo para outras instituições de governo.
 - A abordagem TEEB não é amplamente conhecida e geralmente **ameaças são mais evidenciadas do que oportunidades**.
 - **Prioridades internas institucionais** podem mudar em curto a medio prazo.
- A abordagem TEEB significa **acompanhar processos de negociação** e um dos principais desafios é de **como subsidiar a implementação de processos com argumentos acadêmicos**;



Recomendações



Aprimorar a **Estrutura de Governança** e definir o **Escopo do TEEB Brasil**

Promover casos **emblemáticos** para engajar **atores-chave** em todos os níveis

Fortalecer **relações bilaterais** entre o MMA e instituições parceiras

Recomendações



Usar o **TEEB** como uma **ferramenta estratégica** para embasar outras políticas, como a de **contas nacionais** em curso pelo **IBGE**

Concentrar esforços em **capacitações em nível técnico** visando melhorar a institucionalização da agenda do **TEEB** no médio e longo prazo

Criar uma **rede de comunidade científica** para guiar o processo de valoração dos serviços ecossistêmicos e da biodiversidade no Brasil de forma aplicada às políticas

Obrigado !



Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza, Dr. em Ecologia

Luana Duarte, André Jardim

Secretaria de Biodiversidade e Florestas

Departamento de Conservação da Biodiversidade

carlos.scaramuzza@mma.gov.br